



PEQUENO ESBOÇO HISTÓRICO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO CAPITALISTA – A REIFICAÇÃO DO HOMEM E DA NATUREZA

Flávio Roberto Chaddad ¹; Marcela Cristina Chaddad ²

¹ Graduado em Engenharia Agrônoma (UNESP/Botucatu); Graduado em Ciências Biológicas (UNIP/Bauru); Especialista em Educação Ambiental (UNESP/Botucatu) e Mestre em Educação (PUC-Campinas). (e-mail: flaviorobertochaddad@hotmail.com).

² Graduada em Serviço Social (UNESP/Franca); Especialista em Serviço Social: Saúde e Reabilitação pela Universidade de São Paulo (USP/Bauru); Especialização em Saúde Mental pela Fundação Oswaldo Cruz/Escola Nacional de Saúde Pública (2005).

RESUMO

O objetivo deste trabalho é construir sucintamente um esboço histórico do capitalismo e sua relação com a exploração e expropriação do homem e da natureza. Pautou-se por uma revisão bibliográfica, que abrangeu a expansão marítima europeia, a Revolução Industrial, os primeiros tempos do liberalismo europeu, a crise de superprodução de 1929, as políticas Keynesianas, o papel da segunda guerra mundial em gerar o consumo, a expansão do capitalismo da década de 50, as crises de meados dos anos 70 e 80, a nova expansão do capitalismo na década de 90 até a crise atual. Ao final deste histórico, procurou-se fazer uma discussão a respeito do que vem a ser chamado desenvolvimento sustentável e analisar como ele é contraditório pela própria lógica do capital. Ou seja, de um lado este sistema cria a riqueza, e se realiza, de outro apresenta os custos deste processo, ou seja, a deterioração das condições de vida do ser humano e da natureza.

PALAVRAS-CHAVE: Crise Ambiental. Crise Social. História do Capitalismo.

A SHORT HISTORY OF CAPITALISM - THE REIFICATION OF MAN AND NATURE

ABSTRACT

The objective of this work is to construct a brief history of capitalism and its relation with exploitation and expropriation of man and of nature. It was marked by a bibliographic review which covered the European maritime expansion, the Industrial Revolution, the first time of the European economic liberalism, the 1929 overproduction crisis, the Keynesian politics, the role of World War II in generating consumption, the expansion of capitalism in 50's, the crisis of the mid 70's and 80's, the new expansion of capitalism of 90's until the current crisis. At the end of this history, it was made a discussion about what comes to be called sustainable development and analyze how it is contradictory to the very logic of capital. In other words, one side of this system creates wealth, and takes place, another one shows

the costs of this process, namely, the deteriorating condition of human life and nature.

KEYWORDS: Environmental Crisis. Social Crisis. History of Capitalism.

1.INTRODUÇÃO

Pode-se dizer que as últimas quatro décadas vêm registrando um momento crítico e sem precedentes em toda a história da humanidade. Hoje são sentidos os efeitos trágicos dos agrotóxicos, da perda da biodiversidade, da extinção das espécies, da degradação ambiental e da perda da qualidade de vida. Esta ação destruidora do homem sobre a biosfera não apenas se manifesta sobre o ambiente natural. Mas, através de um sistema predatório e exploratório, o capitalismo industrial e biotecnológico, que empurra milhões de pessoas para a miséria e a alienação, suas raízes também são as responsáveis pela deterioração das relações sociais (ambiente exterior) e da subjetividade (ambiente psíquico ou interior), abarcando o que GUATTARI (2001) denominou as três ecologias.

Em conjunção com a ação destruidora do homem sobre o meio natural milhares de pessoas “imprestáveis” para a razão funcional, balizadora do processo de acumulação capitalista, são descartadas e empurradas para a miséria, alienação e para o esquecimento. A consequência desta progressiva degeneração dos modos de vida humanos, individuais e coletivos, manifesta-se, sobretudo, através da fragmentação da subjetividade (singularidade ou alteridade), ou seja, daquilo que confere ao homem, de acordo com GUATTARI (2001), a sua aspereza, a “consciência do seu estar” dentro de sua comunidade e do planeta, na linguagem de CAPRA (2001): o seu pertencer ao universo. Desta forma, o objetivo deste trabalho é mostrar como o sistema capitalista se desenvolveu ao longo da história, quais foram suas consequências para o homem e a natureza. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e, como metodologia de análise, adotou-se o método crítico dialético. Como afirma MARTINS (1994):

Este método tem como referencial teórico o materialismo histórico, apoiando-se na concepção dinâmica da realidade e das relações dialéticas entre o sujeito e objeto, entre conhecimento e ação, entre a teoria e prática (p.27).

Para adotar esta metodologia de análise, foi necessário definir as categorias que devam servir como “palcos” da discussão em sua totalidade. Em seus estudos, MARX (1974) descobre a necessidade de definição de uma categoria inicial de análise, para que o real aparente seja apropriado como real pensado ou concreto. Nas análises econômicas do Capital, ele atribui como categoria simples (empírica) a mercadoria, a qual foi possível, a partir de abstrações, compreender a economia capitalista. Desta forma, a dialética marxiana, construção lógica do método materialista histórico, é apresentada como possibilidade teórica (instrumento lógico) de interpretação da crise ambiental vigente. Como categoria básica ou simples, ponto de orientação pela busca do real, para vislumbrar os fatores que envolve esta crise ambiental, foi adotado a contradição que este sistema estabelece com a vida do ser humano e do meio ambiente. Esta análise se deu em quatro momentos: 1º) Da formação do capitalismo à revolução industrial; 2º) Do liberalismo ao final da segunda guerra mundial; 3º) Da expansão capitalista do pós-guerra à sua estagnação na década de 70 e, por fim, 4º) Da estagnação do capitalismo em

meados de 70 à crise atual. Em um último momento também se discutiu a questão do desenvolvimento sustentável dentro da lógica deste sistema.

2. DA FORMAÇÃO DO CAPITALISMO À REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

O início do capitalismo data da alta idade média, mas ainda permanece caracterizado o sistema de trocas e a economia de subsistência com base no sistema feudal. Com o avanço do sistema capitalista o artesão começa a perder os seus meios de produção e a ficar dependente de quem os detinha, ou seja, do capitalista. Neste sentido, ele é alienado do trabalho, alienado de sua vida, de ser sujeito transformador da natureza e de si mesmo, de exercer o seu estar aqui, pois somente ela, a vida, só se transforma através de quem a transforma e a faz, num processo contínuo e inacabado. O homem perde, portanto, sua capacidade transformadora e, torna-se, apenas uma peça da grande máquina que transforma o mundo, esquecendo-se que esta máquina é o próprio homem. Conforme afirma FALEIROS (1998): *No modo de produção capitalista produz-se uma ruptura entre a posse dos meios de produção e o trabalhador* (p.12).

Surgem duas classes sociais distintas: o operariado, que vendia a sua força de trabalho e a outra que monopolizava esta força, explorando a mais valia do trabalhador, o capitalista industrial (MARX, 1986). A partir disso, o capitalismo começa a tomar corpo, solidificar-se, entrando em choque com a instituição católica detentora de todo poder da época. Muitas foram às tentativas de ganhar o poder político em relação ao poder econômico já estabelecido, que precisava mais do que nunca expandir. Para isso, contribuiu muito a formação das monarquias nacionais, a centralização do poder político em torno de um monarca, desagregando o poder eclesiástico. Em torno de um estado centralizado é que seriam regulamentados o comércio, as trocas monetárias, a formação de novas estruturas econômicas e sociais, as quais, por sua vez, irão gerir a expansão marítima europeia. Os resultados da expansão marítima portuguesa e espanhola pelo continente americano foram catastróficos para a natureza e para as populações indígenas. Foram exploradas, expropriadas, e dizimadas pelo colonizador “civilizado” que, como bons cristãos europeus, justificavam o massacre através da palavra de “Deus”, levando todo o ouro e prata que podiam. Conforme DEAN (2004):

Um dos primeiros atos dos marinheiros portugueses que, a 22 de abril de 1500, alcançaram a costa sobrecarregada de floresta do continente sul-americano nos 17 graus de latitude sul, foi derrubar uma árvore. Do tronco deste sacrifício ao machado de aço, confeccionaram uma cruz rústica – para eles o símbolo da salvação da humanidade. Uma missa foi então celebrada aos pés desta cruz, durante a qual, para a satisfação dos portugueses, os indígenas ali aglomerados imitaram sua postura ajoelhada com as mãos em prece, embora não imitassem suas expressões devotas. Os indígenas, que inocentemente se irmanaram com eles naquela praia, não faziam idéia, tal como as árvores as suas costas, da destruição que essa invasão causaria. Esse evento memorável da história da humanidade – o fim de milênios de separação entre os dois maiores contingentes de população da espécie – foi também o mais trágico. As crônicas das descobertas, mais que as de qualquer outro capítulo

da história escrita, são de um irrealismo assustador. Incapazes de compreender intelectualmente a magnitude de sua descoberta, os portugueses tropeçaram em um meio continente, movidos pela cobiça e virtude, sem se deixarem levar por compaixão ou mesmo por curiosidade. Produziram tamanha devastação entre seus irmãos que, no prazo de um século, quase todos aqueles com quem haviam se estavam mortos e suas sociedades em ruínas. Esse foi o começo, a fundação do povoamento, da colonização e do Império, de uma civilização transferida e imposta (p.60).

Segundo BOSI (2001), as migrações e o povoamento reforçam o princípio básico do domínio sobre a natureza, peculiar a todas as sociedades humanas. Novas terras, novos bens abrem-se à cobiça dos invasores. Reaviva-se o ímpeto predatório e mercantil que leva a aceleração econômica da matriz em termos de uma acumulação de riqueza. Como reflexo desta avidez por riquezas, por parte do colonizador, tem-se a destruição das florestas, principalmente, da Mata Atlântica para exploração do Pau Brasil e para a agricultura, no caso dos portugueses, e a transformação dos seres humanos, os índios, e mais tarde, os negros vindos da África, em escravos para trabalhar no novo continente, na agricultura e nas minas de ouro e diamantes. Assim, com a empresa colonial tem-se, de uma vez por todas, instalada a reificação do homem e da natureza. Segundo MARX *apud* BOSI (2001):

O descobrimento das jazidas de ouro e prata da América, a cruzada de extermínio, escravização e sepultamento nas minas da população aborígine, o começo da conquista e o saque das índias orientais, a conversão do continente africano em zona de caça de escravos negros, são todos os fatos que assinalam os albores da era de produção capitalista. Estes processos idílicos representam outros tantos fatores fundamentais no movimento da acumulação originária. Atrás deles, pisando em suas pegadas, vem a guerra comercial das nações européias, cujo cenário foi quase o planeta inteiro. Marx via com lucidez que o processo colonizador não se esgota no seu efeito modernizante de eventual propulsor do capitalismo mundial. Quando estimulado, aciona ou reinventa regimes arcaicos de trabalho, começando pelo extermínio ou a escravidão dos nativos nas áreas de maior interesse econômico. Quando é aguçado o móvel da exploração em curto prazo, implantam-se nas regiões colonizáveis etilos violentos de interação social. Estilos que são exemplos, diversos entre si, a *encomienda* mexicana ou peruana, o engenho do Nordeste brasileiro e das Antilhas, a *hacienda* platina. Sem entrar aqui na questão espinhosa dos qualificadores da economia colonial (feudal? Semifeudal? Capitalista?), não se pode negar o caráter constante de coação e dependência estrita a que foram submetidos índios, negros e mestiços nas várias formas produtivas das Américas portuguesa e espanhola. Para extrair os seus bens com mais eficácia e segurança, o conquistador enrijou os mecanismos de exploração e de controle. A regressão das táticas parece ter sido estrutural na estratégia da colonização, e a mistura de colono com agente mercantil não é de molde a humanizar as relações de trabalho (p.20).

Os índios resistiram às várias formas de sujeição, pela guerra, pela fuga, pela recusa ao trabalho compulsório. Em termos comparativos, as populações indígenas tinham melhores condições de resistir do que os escravos africanos. Enquanto estes se viam em um território desconhecido, onde eram implantados a força, os índios se encontravam em sua casa. Porém, apesar da resistência frente ao colonizador, eles foram vítimas de doenças como sarampo, varíola, gripe, para as quais não tinham defesas biológicas. Segundo FAUSTO (2003):

Duas ondas epidêmicas se destacaram por sua violência entre 1562 e 1563, matando mais de 60 mil índios, ao que parece, sem contar as vítimas no sertão. A morte da população indígena que se dedicava a plantar gêneros alimentícios, resultou em uma terrível fome para o nordeste e em perda de braços. Não por acaso, a partir da década de 1570, incentivou-se a importação de africanos. Vários argumentos foram utilizados para justificar a escravidão africana. Dizia-se que se tratava de uma instituição já existente na África e assim apenas transportavam-se cativos para o mundo cristão, onde seriam civilizados e salvos pelo conhecimento da verdadeira religião. Além disso, o negro era considerado um ser racialmente inferior. No decorrer do século XIX, teorias pretensamente científicas reforçaram o preconceito: o tamanho e a forma do crânio dos negros, o peso de seu cérebro, demonstravam que se estava diante de uma raça de baixa inteligência e emocionalmente instável, destinada biologicamente a sujeição. Porém, seria errôneo pensar que, enquanto os índios se opuseram à escravidão, os negros aceitaram passivamente. Fugas individuais ou em massa, agressões contra senhores, resistência cotidiana fizeram parte das relações entre senhores e escravos. Os quilombos, ou seja, estabelecimentos negros que escapavam à escravidão pela fuga e recompunham no Brasil formas de organização social semelhante às africanas, existiram às centenas no Brasil colonial. Palmares – uma rede de povoados situada em uma região que hoje corresponde em parte ao Estado de Alagoas, com vários milhares de habitantes – foi um desses quilombos e certamente o mais importante (p.50).

Aos poucos o domínio português e espanhol pelo mundo foi dando lugar ao domínio inglês. Este fato se deveu, sobretudo, do lado português, ao endividamento contraído através de tratados, alguns com a própria Inglaterra, como, por exemplo, o Tratado de Methuem, conhecido como dos panos e vinhos, pela falta de investimentos em infra-estruturas fomentadoras das atividades industriais e de uma classe dominante ociosa, “acomodada”, que ficava esperando pelos metais preciosos advindos do Brasil e, no caso espanhol, da América Espanhola. A dependência de Portugal frente à Inglaterra, através do Tratado de Methuem, foi que praticamente criou as condições desta investir em infra-estrutura, em inovações tecno-científicas, para se desenvolver industrialmente. Segundo LIST (1986): “*Se não fora o Tratado de Methuem, o comércio e a navegação inglesa jamais teriam atingido a expansão que efetivamente conseguiram alcançar, portanto, foi essencial no processo que gerou a revolução industrial (p.50)*”.

Porém, várias outras condições foram essenciais para que se ocorresse a Revolução Industrial. Segundo LIST (1986):

Historicamente, a partir do século XII, as circunstâncias políticas induziram grande número de tecelões de lã flamengos a emigrarem para o País de Gales. Alguns séculos mais tarde, exilados italianos emigraram para a Inglaterra, para atuarem como corretores de câmbio e como banqueiros. Contingentes inteiros de manufatores do país de Flandres e do Brabante acorreram à Inglaterra, em vários períodos. Da Espanha e Portugal vieram muitos judeus perseguidos; das cidades da liga Hanseática e de Veneza, em seu período do declínio, vieram à Inglaterra comerciantes que trouxeram consigo seus navios, sua habilidade comercial, seu capital e seu espírito empresarial e de iniciativa. Ainda mais importantes foram as imigrações de capital, e de manufatores em consequência da Reforma Protestante e das perseguições religiosas na Espanha, Portugal, França, Bélgica, Alemanha e Itália; bem como de comerciantes e manufatores da Holanda, em decorrência da estagnação do comércio e da indústria daquele país, ocasionada pelas Leis de navegação e pelo Tratado de Methuem. Em virtude de sua legislação sobre patentes industriais, durante muito tempo, a Inglaterra monopolizou o gênio inventivo de todas as nações (p.43).

Aliados a estes fatores, houve o desenvolvimento da manufatura de tecidos (lã), a condução do protecionismo ao mercado interno e à expulsão dos camponeses do campo, através do movimento ou política de cercamentos (*enclosures*) pelos latifundiários ingleses (*landlords*), foram essenciais para o desenvolvimento da industrialização na Inglaterra. Este movimento, conhecido como Revolução Verde, irá ocorrer no Brasil a partir da década de setenta, ficando conhecido como modernização conservadora, onde irá haver uma drástica redução do contingente populacional rural que passam a ocupar a zona urbana e vão ocupar os postos de trabalho na indústria nascente. THOMAS MORE (2002), na *A Utopia*, descreve como ocorreu este processo no território inglês:

Os inumeráveis rebanhos de carneiros, outrora tão meigos, domesticados e sóbrios, e que agora se tornaram tão vorazes e ferozes que chegam mesmo a devorar os próprios homens. São eles a causa da destruição e despovoamento, dos campos, casas e povoações. Ora reparai que, nos pontos do reino em que se produz a lã mais fina e apreciada, os nobres, os ricos, e mesmo certos reverendos padres, santos homens, sem dúvida, não só não se contentam com os rendimentos anuais que, desde os seus antepassados, sugam das suas terras, insatisfeitos com a sua vida ociosa e cheia de prazeres, que em nada aproveita ao bem comum, como roubam todo espaço arável, para converter em pastagens, rodeando-o de cercas, e deitam abaixo casas e aldeias, deixando apenas a igreja para servir de curral aos carneiros. E embora, em

Inglaterra, grande parte do terreno seja ocupado por florestas, prados e cerrados, e estes honrados e santos varões transformam em desertos e desolação os lugares habitados e as terras aráveis. É assim que um avaro impaciente e insaciável pode tornar-se uma praga para seu próprio país, fechando com um só muro milhares de hectares de terreno, escorraçando os agricultores das suas casas, uns por meio da fraude, outros empregando a violência, obrigando-os, com perseguições e insultos, a vender as suas terras por uma ninharia. Em conclusão, por um meio ou por outro, pela força ou pela astúcia, são os desgraçados obrigados a partir, maridos, mulheres, órfãos e viúvas, mães chorosas com crianças de peito, afastando-se da sua terra e casa, sem em qualquer lugar encontrarem refúgio (p.30).

A partir da Revolução Industrial é que se percebe claramente como se deu à remuneração do capital e como, a partir desta, os capitalistas industriais se apropriaram dos meios de produção. Segundo MARX (1986), a força de trabalho tem a particularidade de poder produzir mais valor do que o necessário para a sua reprodução. Ao pagar ao operário o mínimo que lhe é necessário, e ao se apropriar da totalidade do produto que resulta da intervenção do trabalhador no processo produtivo, o capitalista realiza o lucro, aqui chamado de mais-valia, ou seja, o valor do produto que ultrapassa o valor pago ao trabalhador. Segundo afirma DOWBOR (1982), a baixa valorização da força de trabalho empregada, permite fazer aparecer o lucro com o qual o capitalista compra as máquinas e, as máquinas aparecem por sua vez como remuneração do capital. No século XIX, este processo era bastante transparente, na medida em que os proprietários de pequenos parques de máquinas iam-se apropriando gradualmente do excedente de um número crescente de trabalhadores, até se tornarem capitalistas. Por sua vez, a lista de salários que abastece o sustento do trabalhador durante o trabalho é a mais baixa e unicamente necessária e, um complemento apropriado para criar a família a fim de que a categoria dos trabalhadores, não seja extinta. Pelo pensamento de SMITH, o salário normal é o mais baixo que for compatível com a *simple humanité*, ou seja, com uma vida banal (MARX, 2001).

Aliada a mão de obra proveniente da política de cercamentos promovida pelos latifundiários ingleses (*landlords*), com a revolução Industrial se concretizando a partir do século XVIII, soma-se uma grande maioria de artesões que não conseguiam competir com a produção industrial e acabavam engolidos pelo sistema, alimentando e formando uma grande massa de desempregados nas mãos dos capitalistas, nesta nova divisão do trabalho. Com esta política, a Inglaterra conseguiu, de um lado, espaço para desenvolver sua criação de carneiros (lã), matéria-prima essencial para a sua indústria recente e, de outro lado, mão de obra em quantidade necessária para o trabalho nas fábricas nascentes. As condições de trabalho nas indústrias e também nas zonas fornecedoras de matérias-prima, dos países que fizeram parte da Revolução Industrial, eram extremamente precárias e cruéis, além do fato dos operários (os assalariados) não possuírem nenhum direito trabalhista. Quanto a isso faço menção ao livro "*Germinál*" de ÉMILE ZOLA (2000) onde ele mostra em tom jornalístico, poético e crítico, a realidade da vida dos trabalhadores das minas de carvão da França.

Assim, a Revolução Industrial que, de um lado, permitiu um grande avanço para o sistema capitalista ao transformar as técnicas de produção, trouxe consigo também uma nova divisão do trabalho polarizada entre os capitalistas (detentores dos instrumentos de produção em massa) e os operários (antigos artesões), que vendiam sua força de trabalho. Conseqüentemente adveio com este sistema o desemprego, a marginalização, a falta de uma legislação que interferisse e garantisse os direitos da classe operária, subjugada, explorada e expropriada de seus recursos, de suas ferramentas de transformação da natureza e de si mesmos. Com isso a pobreza torna-se acentuada, ocorrendo o acirramento das diferenças de classes e, por conseguinte, a expansão dos movimentos operários pelos direitos sociais.

3. DO LIBERALISMO AO FINAL DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Se a Revolução Francesa veio expor as exigências da parte da sociedade mais oprimida, dos operários, através dos ideários de liberdade, igualdade e fraternidade, por melhores condições de vida, pelos direitos sociais, abolindo, de uma vez por todas, a opressão exercida pelos governos monárquicos do antigo regime, por outro lado, legitimou o Estado Burguês Liberal, voltado para a livre concorrência e para não intervenção do Estado na economia. Segundo KEYNES (1985), com a Revolução Francesa em 1789 criam-se condições para a formulação dos direitos sociais, onde a sociedade deve garantir à subsistência aos cidadãos infelizes, seja lhes oferecendo trabalho, seja assegurando os meios de existência àqueles que estão fora de condições de trabalhar. Ao anunciar o direito do trabalho, se depara com uma contradição: como um estado liberal, no qual o mercado é encarregado de garantir o equilíbrio social sem necessitar da intervenção estatal, possa garantir estes direitos?

Desta forma FALEIROS (1998) analisa que para o Estado Liberal a realização do bem estar social ocorre no âmbito do próprio mercado, onde os homens mais competentes e inteligentes se enriqueceriam, “venceriam”, dispensando a intervenção do Estado na economia. De acordo com FALEIROS (1998), no livro “*A Riqueza das Nações*”, de ADAM SMITH, há a defesa do *laissez-faire* e a afirmação de que os mais capazes e mais inteligentes é que prosperariam num regime de concorrência. Mas, não apenas neste autor se encontra esta tese. LOCKE *apud* CAPRA (1999), fundamentando-se em ISAAC NEWTON, também advogava a este favor. Ele comparava a sociedade como as propriedades dos gases que no estado natural tenderiam ao equilíbrio. Para ele, isto também aconteceria na sociedade. Assim, para estes filósofos, o bem estar se identificava com a riqueza, num ponto de vista objetivo. Esta noção supunha que a riqueza dependia de um esforço individual num sistema de concorrência perfeita. Era no mercado que se produziria o equilíbrio entre o consumo e a produção, como acontecia no sistema naturalmente com os gases. E os que estavam marginalizados do sistema? Apenas eram culpados por sua situação. Tem-se aí a naturalização da pobreza.

Neste sentido, a voz dos operários quase nunca eram ouvidas, nem pelo Estado Liberal, e nem pelo mercado (capitalistas). Pelo contrário, Faleiros (1998) afirma que aqueles que não foram incorporados ao trabalho temporária ou permanentemente, fez-se toda uma legislação repressiva. Assim, os considerados vagabundos e mendigos eram açoitados ou, em caso de reincidência, se lhes marcava com ferro e os condenava à morte (coação direta e indireta ao trabalho).

Foram proibidas as esmolas aos mendigos não identificados como tais. Por outro lado, os que não podiam incorporar-se ao trabalho, eram socorridos pelas paróquias, por intermédio das caixas de socorro, mas de acordo com os interesses das classes dominantes, apresentando-se estas caixas como remédios contra o vício, a vagabundagem e a imoralidade. O objetivo real da ajuda era forçar ao trabalho. Os capazes de trabalhar eram enviados ao trabalho por salários muito baixos, e aos incapazes se lhes davam uma ajuda arbitrária, segundo os critérios da classe. É essa a essência da lei dos pobres na Inglaterra. É com a criação dos workhouses, na Inglaterra, por volta de 1730, e sua confirmação pela lei de 1834, que o esquema de obrigação ao trabalho se tornou mais rígido. Tratava-se de clara expressão do princípio da *less eligibility*, isto é, “a pior situação” (FALEIROS, 1998). Entre trabalhar ou não, era preferida a primeira situação. As casas de trabalho eram depósitos onde os menos capazes para o trabalho eram utilizados para fazer vários tipos de produtos (principalmente, fiar) conservando-os em prisão, onde não podiam ter qualquer contato com o exterior (FALEIROS, 1998).

Verifica-se, portanto, que no Estado liberal o bem estar social é identificado com o consumo e, neste âmbito, o ser humano (indivíduo) realizava-se através do mercado. As Políticas Sociais, geradoras do bem estar social, praticamente inexístiam, notando-se, porém, uma legislação repressiva contra os trabalhadores, forçando-os para um trabalho quase que escravo. Muitas das políticas sociais, que surgem nesta época, como por exemplo, *a educação para todos ou a criação de infra-estrutura para a classe trabalhadora nas cidades*, possuem mais um caráter ideológico, buscando, portanto, reafirmar e legitimar o Estado Liberal nascente juntamente com a burguesia industrial emergente, ou seja, buscava-se a reprodução do sistema. Na verdade os ideais da Revolução Francesa, proclamados por este Estado, acabam no papel. As reivindicações dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e de vida explodem pelas ruas, culminando em movimentos socialistas que ocorrem por toda Europa na metade do século XIX, em especial na França, com a Comuna de Paris. Quanto ao papel desempenhado pelas políticas sociais como reprodutoras e mantenedoras do sistema e das manifestações, ou pressões, dos movimentos populares, por melhores condições de trabalho e de vida, VIEIRA (1992) discorre:

A crescente urbanização das cidades, a organização de serviços sanitários, o auxílio aos desempregados e a estruturação das atividades educacionais tornam-se encargos do governo central na Inglaterra, porque faltavam aos governos locais as condições indispensáveis para enfrentar tais exigências da época. O novo trabalhador inglês, o homem do capitalismo industrial, precisava ler e escrever. Os novos técnicos careciam de sólida educação científica para atuarem na produção fabril. A intervenção e o auxílio do governo central passaram a ocorrer, principalmente por meio de medidas legais. A legislação interferiu progressivamente na organização da economia. Ela controlou operações financeiras industriais, cuidou de forma mais direta das fábricas e das minas, e fez o Estado chamar para si a prestação de serviços sociais tidos como fundamentais, para a nova forma de existência (p.17).

A política social aparece no capitalismo construída a partir das mobilizações operárias ao longo das primeiras revoluções industriais.

A política social, compreendida como estratégia governamental de intervenção nas relações sociais, unicamente pôde existir com o surgimento dos movimentos populares do século XIX. Talvez seja este o motivo da presença, em quase todas as bibliografias relativas à matéria, do livro de Marshall, denominado, Política Social (p.19).

Apesar de VIEIRA (1992) acentuar e ressaltar o papel do Estado Liberal através de uma maior ação intervencionista dentro da economia e da sociedade, ocorrido, principalmente, pelas pressões dos movimentos sociais, como foi citado aqui, este mecanismo ainda se mostra débil, esparso, objetivando apenas algum controle da economia e algumas “melhorias” para o proletariado, fomentando, neste sentido, a manutenção e a reprodução do sistema. O que interessa para o Estado Liberal é criar as condições para o desenvolvimento do capital industrial nascente, de cunho liberal. Isso se torna claro na sua própria afirmação: “*O novo trabalhador inglês, o homem do capitalismo industrial, precisava ler e escrever*”. E o que é a educação para todos? Não é política social? E a questão educacional, o ler e o escrever, não estavam de acordo com as mudanças no modo de produção? Portanto, o Estado Liberal servia apenas para assegurar o fluxo da riqueza para os bolsos dos capitalistas, legitimando o processo de acumulação. A intervenção na economia, como disse, era irrisória. Tanto é verdade isto que, mesmo após a Primeira Guerra Mundial, o capitalismo continuava a apresentar os primeiros sinais da grande crise, que assolou o mundo a partir de 1929, e o governo, sendo caracterizado pela postura liberal, não intervinha na economia da forma como atuou após esta crise (BARAN, 1986).

Em relação às exigências dos movimentos sociais, o que existia mesmo, como respostas a estas, era uma grande repressão por parte dos governos e dos capitalistas para com os trabalhadores explorados e expropriados de seus meios de produção. Isto, se torna claro nas citações acima e na referência feita ao livro “*Germinar*” de ÉMILE ZOLA (2000), onde os mineradores franceses aparecem completamente marginalizados pelo sistema. Assim, a democracia pintada em sete cores pelo Estado Liberal, tornava-se opaca, acinzentada, nebulosa para os trabalhadores, ou seja, inexistente. De outra maneira, não se pode caracterizar os movimentos sociais como incipientes, eles contribuíram e muito, para legitimar a ação dos homens (operários) pela história, mesmo que para muitos, e até mesmo marxistas, as concessões feitas pelo Estado Liberal foram feitas independentemente das exigências dos trabalhadores, ou seja, para a manutenção e reprodução do sistema, neste sentido, relegando para o segundo plano as reivindicações dos operários (VIEIRA, 1992).

Portanto, o modelo de desenvolvimento ideal dos primeiros tempos do capitalismo industrial, representado pelo Estado Liberal, em sua essência, preconizava que o indivíduo-consumidor é “livre”, desvinculando-o do indivíduo produtor, das amarras do processo produtivo. Mas como pode, dentro de um sistema econômico, desvincular o indivíduo produtor do consumidor e não se considerar que o indivíduo produtor vende através do salário sua força de trabalho ao capitalista para se tornar indivíduo consumidor? E como pode este indivíduo produtor-consumidor se realizar, encontrar seu bem estar social dentro desta economia (liberal), já que as condições para o consumo - tanto referentes aos custos das mercadorias, quanto à igualdade do produto dentro de um mercado que já

estava se monopolizando - são impostas, determinadas pela sua situação dentro do sistema produtivo? Mas, que tipo de bem estar se esta falando?

Para os economistas liberais, a renda é considerada não em sua distribuição, mas, sim, em sua globalidade. Partia-se do pressuposto que um aumento no rendimento nacional aumentaria o bem estar social se a participação dos pobres não fosse diminuída. Desta forma, certos economistas ainda medem a riqueza de um país através do PIB (produto interno bruto), que diz respeito ao valor final dos bens e serviços, produzidos por um país em determinado espaço de tempo, e dos rendimentos, como índices do aumento do bem estar, esquecendo-se de medir a riqueza de sua população. Neste sentido, FALEIROS (1998) afirma que:

“O problema da distribuição da renda também não foi abordado, não foi tomado em conta como variável do modelo, mas considerado um dado de fato, já que o simples crescimento implicaria (teoricamente) num aumento geral do bem estar de todos, esquecendo-se que o povo pode ir mal mesmo que a economia vá bem” (p.19).

Neste sentido, para o liberalismo, o mercado como uma mão invisível regularia todos os aspectos da sociedade, sem necessitar, portanto, da atuação intervencionista do Estado, como foi executada a partir de 1929 (BARAN, 1986). A marginalidade, a pobreza, o desemprego, a fome eram consideradas como incapacidades dos indivíduos de encontrarem sua realização dentro desta economia. Porém, com o desenvolvimento do capitalismo, novas estruturas de produção foram surgindo, os chamados monopólios, dentro do capitalismo concorrencial, que substituíam a produção das mãos de individuais pela corporação de empresas, criando os vastos complexos de produção, em decorrência da Lei da baixa tendencial da taxa dos lucros no sistema de concorrência (FALEIROS, 1998).

De acordo com FALEIROS (1998), os capitalistas industriais a fim de não serem engolidos por outras companhias e saírem do mercado, precisavam mais do que nunca aumentar a produção e a produtividade para garantir o lucro e funcionamento das empresas. À medida que vai se estabelecendo uma concorrência cada vez maior, a taxa de lucro vai diminuindo em relação ao custo de produção. Neste sentido, a solução encontrada seria a articulação entre o aumento da produção (quantidade) com o aumento de produtividade (mais produto com a mesma matéria-prima). Para tanto, seria necessário explorar, principalmente, a “mais-valia” do trabalhador, e que, segundo DOWBOR (1982), constitui a base do lucro capitalista e a forma privilegiada de apropriação do excedente neste sistema. Assim, é através dela que se realiza a incorporação de tecnologia e, conseqüentemente, o aumento da produtividade. Ao realizar este movimento em sua empresa, o capitalista perde postos de trabalho: *os consumidores da produção*. Neste círculo vicioso entre alta produção (excedentes de capitais e bens de consumo) e falta de consumo é que se desenvolvem as crises econômicas inerentes ao sistema capitalista, daí então a sua contradição (BARAN, 1986).

Conforme BARAN (1986):

Assim devia ter permanecido a situação, com o desenvolvimento econômico relegado ao “submundo” do pensamento econômico e social, não tivesse o processo histórico, em poucas décadas, alterado radicalmente todo o nosso panorama social, político e intelectual. Enquanto os economistas neoclássicos se preocupavam em refinar a análise estática do equilíbrio e em elaborar argumentos adicionais destinados a provar a viabilidade e a harmonia intrínseca do sistema capitalista, o capitalismo passava por profundas transformações. Ao findar o século XIX, a primeira fase da industrialização do mundo ocidental aproximava-se de seu término. As conseqüências econômicas da completa exploração da tecnologia então disponível – baseada, fundamentalmente, no carvão e no vapor – determinaram não apenas a enorme expansão da indústria pesada, um grande aumento da produção e a revolução dos meios de transporte e comunicação, mas também memorável mudança na estrutura das economias capitalistas. A concentração e a centralização do capital fizeram enormes progressos e a grande empresa passou a ocupar o centro da cena econômica, deslocando e absorvendo a pequena empresa. Destruindo violentamente o mecanismo competitivo que regulava (para melhor ou para pior) o funcionamento do sistema econômico, a grande empresa tornou-se a base do monopólio e do oligopólio – os caracteres distintivos do capitalismo moderno. O mundo da economia neoclássica desintegrava-se rapidamente. Nem lento (mas continuado) crescimento nem contínuos ajustamentos marginais relativamente indolores poderiam ser esperados sob condições de inequívocas indivisibilidades e descontinuidades, de rendimentos de escala crescente e, menores oportunidades para investimentos. O harmonioso movimento de capitais das nações desenvolvidas – que se supunha seria orientado pelo motivo do lucro – assumiu, na realidade, a forma acirrada das lutas por áreas de investimentos, por mercados e fontes de matérias-primas. A penetração das áreas atrasadas e coloniais pelas potências ocidentais – penetração que, esperava-se, deveria levar as bênçãos da civilização ocidental aos quatro cantos do globo – significou, na realidade, impiedosa opressão e exploração das nações subjugadas. As fortes tendências à estagnação, a conflitos imperialistas e a severas crises políticas, vislumbradas por Marx, já na metade do século XIX e, mais tarde, observadas e analisadas por Hobson, Lênin, Hilferding, Luxemburgo e outros, manifestaram-se tão cruamente, a ponto de constituir motivo de alarme para todos, exceto para os mais complacentes. Uma grande corrida armamentista entre as grandes potências principiou a absorver parcelas crescentes de suas rendas nacionais e se tornou o fator individual mais importante na determinação do nível da

atividade econômica. A Guerra Sino - japonesa, a Guerra Hispano – Americana, a Guerra dos Bôeres, a sangrenta supressão da revolta dos Boxers, a Guerra Russo – Japonesa, a Revolução Russa de 1905 a Revolução Chinesa de 1911/12 e, finalmente, a Primeira Guerra mundial anunciara, em rápida sucessão, a época atual do desenvolvimento do capitalismo – a época do imperialismo, das guerras e revoluções nacionais e sociais (p.39).

Com a industrialização européia se concretizando e a ávida necessidade de mercados e de matérias-primas, em meados do século XIX, elaborou-se uma nova fase de expansão territorial, extensão do antigo colonialismo mercantilista dos séculos XVI e XVII (CAVALHO, 1994). A essa nova expansão convencionou-se denominar de imperialismo ou neocolonialismo do século XIX (CARVALHO, 1994). O expansionismo originou a formação de impérios coloniais a partir de interesses econômicos das potências industriais. Não se constituíra em política eventual, mas sim fazia parte da própria natureza do capitalismo em determinada fase, afirma Lênin em sua obra *“Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo”* (CARVALHO, 1994). A expansão imperialista confirmava as teses de Hobson e Lênin. Enquanto o colonialismo da idade moderna concentrou-se na exploração comercial do Novo Mundo, exportando manufaturas em troca de metais raros e produtos exóticos, o neocolonialismo, ou novo colonialismo, se singularizava pela ocupação da África e da Ásia em busca de mercados e matéria-prima, exigidos pelo crescimento industrial, promovendo a retaliação e aglutinação de povos que viviam à margem dos valores culturais do ocidente: retaliação, ao dividir nações, verdadeiros Estados organizados, em protetorados ou colônias, desconsiderando a identidade cultural, religiosa e política; aglutinação, por unir grupos étnicos distintos, como se constituíssem uma unidade política e cultural, dificultando a resistência organizada e facilitando a dominação (CARVALHO, 1994).

O domínio sobre as nações pobres do planeta se deu, principalmente, pela produção da inferioridade. Neste domínio não faltou, para o ocidente, imaginação. Entre tais estratégias SANTOS (2009) cita a guerra, a escravatura, o genocídio, o racismo, a desqualificação, a transformação do outro em objeto ou recurso natural e uma vasta sucessão de mecanismos de imposição econômica, imposição política e imposição cultural. Todas estas atitudes justificariam, a exemplo do colonialismo mercantilista, a superioridade da “civilização” européia. Assim, o imperialismo que se desdobrava em uma nova fase colonial, apenas distinguia-se da precedente pela peculiaridade da nova ordem econômica nascida do liberalismo e do progresso tecnológico. O imperialismo agressivo era motivado pela necessidade de investimentos lucrativos no exterior, sendo possível somente com o apoio do Estado e na medida em que os países não capitalistas pudessem ser “civilizados” e “elevados”, isto é, ter suas instituições destruídas e dominadas pela “mão invisível” do capitalismo de mercado. Segundo CARVALHO (1994), a teoria darwinista da evolução das espécies, na qual a luta pela sobrevivência preservava os mais capazes, justificava a dominação das sociedades industriais sobre as sociedades ditas “atrasadas” da África e da Ásia e da América Latina. O novo colonialismo estendia os ideais de superioridade racial e cultural do Ocidente, os quais já predominavam durante a expansão colonial mercantilista, à consolidação do sistema

capitalista enquanto modo de produção dominante e, na sua esteira, esta ideologia sustentava a hegemonia da classe burguesa na próspera sociedade vitoriana do século XIX.

A partir do imperialismo que se seguiu por todo o mundo, ocasionado pelas nações desenvolvidas (capitalistas), para evitar a estagnação deste sistema, desta forma, do monopolista, percebe-se, portanto, a contradição deste modo de produção, ou seja, a sua insustentabilidade diante de seu crescimento, da crise de superprodução gerada pela acumulação de excedentes cada vez maiores, tanto de capitais, quanto de consumo. Aproveitando-se, porém, destas observações e considerações, o Estado Liberal, marca principal do capitalismo industrial concorrencial, já não tinha o porque existir. Este já havia sido suplantado pelo capitalismo monopolista há muito. Haveria a necessidade de uma outra forma de Estado, que intervisse diretamente dentro da economia, do mercado e, neste sentido, o regulasse, para que fossem suprimidas as crises inerentes a este modo de produção como descreve acima BARAN (1986).

Deste modo, mesmo após a calmaria que se seguiu em decorrência da primeira grande guerra mundial, o capitalismo começou a mostrar sinais de crise, de estagnação da produção e desemprego. Mais uma vez, este iria passar por uma grande crise, inerente ao próprio sistema. Para BARAN (1986), a utopia de um capitalismo organizado, a partir da Primeira Guerra Mundial, de uma solução Ford x Marx para todas as doenças da economia que assegurasse justiça e bem estar para todos foi abalada pela grande depressão. Desta forma, a partir da crise de superprodução de 1929 os postulados liberais são descartados, passando o Estado a regular o mercado. A partir deste momento, verifica-se a atuação do Estado na aplicação e manutenção das políticas de investimentos governamentais, onde se incluem as políticas sociais, e que tinham como objetivos principais: à manutenção do sistema capitalista monopolista, intervindo na regulação dos excedentes econômicos (BEHRING, 1998). Neste contexto, ocorre a expansão das políticas sociais como estratégia global anticrise do capital pós 1929 que teve para Keynes a função de subsidiar o consumo e subconsumo, e que representou conforme afirma BEHRING (1998): *“A política keynesiana de elevar a demanda global a partir da ação do Estado, em vez de evitar a crise, vai apenas amortecê-la por meio de alguns mecanismos, que seriam impensáveis pela burguesia liberal stricto sensu”* (p.166).

Desta forma, BARAN (1986) afirma que mesmo os estados capitalistas, reconhecendo a incapacidade de sustentabilidade desta economia e tentando-se controlar a grande produção de capitais e de bens de consumo (excedentes), através das políticas intervencionistas econômicas e de cunho social (políticas sociais), foi somente através da realização da expansão imperialista (que se verificou através da Partilha da Ásia e da África) e das guerras (Primeira e Segunda Guerras Mundiais), que este se realizou, se manteve. A partir de 1929, com a crise do capitalismo, as políticas sociais se transformam para atender, não somente, a reprodução e manutenção do sistema, como faziam antes, criando condições (infraestrutura) para o avanço do capitalismo e postergando ou apaziguando conflitos de classes, mas também tinham como objetivo principal “manter a contradição do sistema capitalista sob controle”, ou seja, atacar a criação de excedentes cada vez maiores e a superprodução, através do financiamento do consumo e subconsumo (BARAN, 1986).

A economia de Keynes, em uma tentativa de esclarecer os determinantes das mudanças de curto prazo dos níveis de produção, emprego e renda, viu-se face a face com a total irracionalidade e a espantosa discrepância entre as potencialidades e as realizações produtivas que caracterizam a ordem capitalista. Como afirma Baran (1986):

Operando com instrumentos da teoria econômica convencional, permanecendo bem dentro das fronteiras da economia pura, abstendo-se fielmente de considerar o processo sócio-econômico como um todo, a análise Keynesiana avançou até os limites das teorias econômicas burguesas e explodiu toda a sua estrutura. Ela equivale na verdade, ao reconhecimento “oficial” pela “Santa Sé” da Economia Convencional de que a instabilidade econômica, uma forte tendência à estagnação e, à sub-utilização crônica dos recursos materiais e humanos, são inerentes ao sistema capitalista. Ela repudiou a “pureza” da economia acadêmica, tão zelosamente guardada, ao revelar a enorme importância para a compreensão do processo econômico, da estrutura da sociedade, das relações, das classes, da distribuição da renda, do papel do Estado e de outros fatores exógenos (p.40).

Quanto à criação de um estado benevolente, que distribuísse a renda e mantivesse os níveis de produção do sistema capitalista, BARAN (1986), fazendo uma crítica à maneira em que foram utilizados os postulados de Keynes pelos estados capitalistas monopolistas, em vista da incapacidade destes postulados acabarem com as crises de excedentes de bens de capitais e de consumo, afirma:

Semelhante a filosofia de HEGEL em sua interpretação “esquerdista”, ela supriu de munição intelectual um movimento reformista que esperava, uma vez mais, resolver as contradições do capitalismo por meio de mudanças na distribuição da renda prevalecente e pela criação de um Estado benevolente que proovesse, daí por diante, a expansão econômica contínua e padrões de vida cada vez mais elevados. A lógica do capitalismo monopolista, porém, provou ser mais forte do que KEYNES e seus seguidores imaginaram. Ela usou seus resultados teóricos para propósitos muito distintos de suas intenções. O Estado de bem estar social, orientado pelos Cânones da economia keynesiana e pelos preceitos das “finanças sociais”, permaneceu, em sua essência, no papel. Foi à Alemanha fascista, que, até hoje, usou mais extensamente a visão penetrante do keynesianismo, ao construir a máquina econômica que lhe permitiu desencadear a Segunda Grande Guerra. A guerra e os anos de prosperidade do pós-guerra eliminaram toda a preocupação keynesiana com a acumulação excessiva de capital, com a deficiência da procura efetiva. Tudo se combinava, então, para criar um enorme mercado para a produção da empresa capitalista: os recursos materiais necessários à reconstrução, a satisfação da procura diferida das empresas e dos consumidores, a urgência da

conversão, para fins produtivos, das inovações tecnológicas desenvolvidas durante a guerra e freqüentemente em conexão com esta (p.40).

Com relação à natureza, no período que vai desde as grandes navegações, empreendidas, principalmente, por Portugal e Espanha, passando pela Revolução Industrial e pela fase de expansão capitalista do pós-guerra até nossos dias, ela foi praticamente destruída nestes primeiros países industrializados e em grande parte das colônias em que estes países agiram. E, esta destruição, irá se acentuar ainda mais a partir da Revolução Verde na década de 60-70, ou, como ficou mais conhecida, durante a modernização agrícola conservadora. Se a dominação colonialista dos séculos XV, XVI e XIX se deu pela produção da inferioridade dos povos colonizados, a natureza, por excelência, tomou o lugar da exterioridade, o lugar do não pertencimento. A partir de 1929, com a crise do capitalismo, as políticas. A natureza sempre representou para os seres humanos a exterioridade, apenas um objeto de utilidade, à desalmada, na edificação do cristianismo, e o irracional para o cientificismo dos séculos XVI e XVII. Segundo SANTOS (2009):

Mas como o que é exterior não pertence e o que não pertence não é reconhecido como igual, o lugar da exterioridade é também um lugar de inferioridade. A violência contra a natureza se realiza através de um conhecimento que permita transformá-la em um recurso natural. Tal como a construção das idéias de dominação dos nativos ou povos das nações que foram exploradas historicamente durante o colonialismo dos séculos XV, XVI e XVII e o neocolonialismo XIX e XX, baseadas em critérios como a irracionalidade e a inferioridade destes povos perante o colonizador, também a construção das idéias que determinaram a exploração e expropriação da natureza foram edificadas tendo como pano de fundo a exterioridade, o não pertencimento do ser “colonizador”, o dominador civilizado, à natureza. Estes pressupostos se inscreveram e ainda se inscrevem, em tempos anteriores ao colonialismo, na edificação do cristianismo, que lhe retira qualquer valor de sacralidade, tornando-a desalmada, e em tempos modernos, com a ciência moderna, a transforma num bem que tem que ser dominado, explorado e expropriado, pelos seres humanos. Nunca e jamais compreendido. De Galileu a Newton, de Descartes a Bacon, um novo paradigma científico emerge que separa a natureza da cultura e da sociedade e submete a primeira a leis determinísticas de base matemática. O Deus que justifica a submissão dos índios tem, no caso da natureza, o seu equivalente funcional nas leis que fazem coincidir previsões com acontecimentos e transformam essa coincidência na prova da submissão da natureza. Tão estúpida e imprevisível enquanto interlocutor quanto selvagem, a natureza não pode ser compreendida, pode se apenas explicada, e explicá-la é a tarefa da ciência moderna. Para ser

convincente e eficaz, esta descoberta da natureza não pode questionar a natureza da descoberta. Com o tempo, o que não pode ser questionado deixa de ser uma questão, isto é, torna-se evidente. Foi assim que o mundo, principalmente, as nações desenvolvidas ou não, que herdaram estas idéias do colonizador europeu, vem tratando a natureza, transformando-a em um bem para cada vez mais e mais auferir lucros exorbitantes, sem perceber que dependemos intrinsecamente dela para sobrevivermos (p.3).

Por fim, pode-se dizer que BARAN (1986), ao analisar os problemas inerentes ao capitalismo de sua época e fazendo uso de uma visão histórica (a contradição do sistema capitalista), num momento em que este se rejuvenescecia diante da reconstrução de todas as economias mundiais no pós-guerra, afirma que os empecilhos ao progresso econômico, que são inerentes ao sistema capitalista, devem reaparecer com força e tenacidade novas, tão logo essa situação extraordinária do pós-guerra deixe de existir. E foi o que ocorreu a partir de meados da década de 70 e o que vem ocorrendo neste novo momento da economia mundial com a globalização econômica, onde o Estado está se mostrando impotente diante das gritantes questões sociais, acentuando-se drasticamente as contradições do modo de produção capitalista, tanto as referentes ao homem (sociais), quanto às referentes ao meio ambiente, em sua totalidade (BARAN, 1986).

4. DA EXPANSÃO CAPITALISTA DO PÓS-GUERRA À SUA ESTAGNAÇÃO NA DÉCADA DE 70

Ao término da Segunda Guerra Mundial as características para a expansão do capitalismo internacional movida pelos EUA, tanto para o continente europeu, como para os continentes - americano, asiático e africano - já estavam criadas. Com isto toda problemática de acumulação capitalista, agora, não mais existia. O fantasma da superprodução era passado. Este expansionismo deveu-se, sobretudo, a expansão do capitalismo norte-americano, a reconstrução das economias que participaram diretamente da guerra e, também, ao medo crescente do sistema econômico socialista, que vinha fortalecido após o conflito mundial.

Em decorrência da ameaça de que nações atrasadas pudessem ficar inclinadas a segui-lo, os EUA lançam o Plano Marshall, que foi a reconstrução de uma Europa arrasada pela guerra e a “modernização” das sociedades tidas como atrasadas, subdesenvolvidas, ou seja, o Terceiro Mundo. Com o Plano Marshall, os EUA tiveram papel fundamental na reconstrução da Europa, não apenas pelo investimento em capital, mas também, pela absorção maciça de efetivos europeus, contribuindo para uma rápida recuperação, a partir dos 40% de efetivos industriais não destruídos. Essa “ajuda” americana foi possível devido ao aumento em 75% da atividade industrial americana e à detenção de 80% do ouro mundial, cujo processo de acumulação, assim como o desenvolvimento industrial, iniciou-se com a Primeira Guerra Mundial (PEROSA, 1998). Os americanos, durante e no pós-guerra, investiram cerca de 300 bilhões de dólares na reconstrução (PEROSA, 1998).

Segundo HERCULANO (2001), esta proposta tinha como objetivo principal, manter tais sociedades sob a esfera de influência norte-americana, barrando

eventuais avanços do bloco soviético. Outro objetivo, este não explicitamente declarado, era abrir espaços para a expansão capitalista, que vivia novo estágio de acumulação através de uma nova divisão internacional do trabalho. Portanto, tendo em vista a política econômica adotada a partir do final da segunda guerra mundial, pelos EUA, o comércio internacional pode ser dividido em dois momentos distintos: num primeiro momento, caracterizado por um forte ciclo de expansão, do imediato pós-guerra até um ponto de inflexão, que têm como marco 1972/73. Num segundo momento, parte deste ponto de inflexão até o início da década de 80, com uma queda no volume do comércio mundial (PEROSA, 1998).

De 1953 a 1973, o comércio mundial cresceu a uma taxa anual de 8%. Este ciclo não se deu de forma homogênea entre os diversos países, nem ocorreu de forma linear ao longo do período, mas, sim, com fases de maior ou menor vigor num outro subperíodo (PEROSA, 1998). A característica, porém, é de crescimento de todas as economias maduras do mundo capitalista. Como dito, a economia americana (EUA) teve uma presença marcante no período, principalmente, com relação ao mercado financeiro. Como resultado das transformações e acordos firmados entre as principais economias no pós-guerra são efetuados esforços no sentido de dar maior grau de abertura no comércio mundial, com a retirada de medidas tradicionais de protecionismo. Neste sentido, segundo PEROSA (1998), o GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) teve participação essencial, como instituição a nível internacional, nas negociações, o que resultou numa maior abertura do comércio mundial, constituindo-se, dentre outras, em causa e conseqüência do aumento das trocas nesta década. PEROSA (1998) descreve os dois períodos marcantes da expansão do comércio internacional:

No quinquênio de 1965/70, a taxa de crescimento anual das trocas internacionais foi de 9,1% no volume exportado, e 9,4% no volume importado. Nota-se, neste quinquênio, uma maior taxa do valor transacionado, tanto nas importações como nas exportações, que, situou-se em torno de 11% ao ano. No quinquênio seguinte (1970/75), o volume transacionado cai, ficando em 5,6% para as exportações e 5,0% para as importações. Porém, um fato importante se verifica neste período: os valores das exportações e das importações apresentam taxas substancialmente maiores, com 23,1% e 22,4%, respectivamente. Dois motivos estão ligados a este crescimento no valor de trocas internacionais: o primeiro é o movimento especulativo, principalmente de algumas matérias primas, que se inicia já no final da década anterior e nos primeiros anos do quinquênio considerado. O segundo, está relacionado com o primeiro choque do petróleo, dada a importância deste produto nas trocas internacionais (p.11).

Este movimento ascendente dos preços foi potencializado pela existência de um mercado financeiro que apresentava liquidez na época, permitindo o movimento especulativo verificado. Porém, na segunda metade da década de 60, o governo americano passa a implementar uma série de mecanismos que restringiam a saída de dólares do país como, por exemplo, a política restritiva de crédito com elevação da taxa de juros americanos, devido ao desequilíbrio na sua balança comercial, causado pela importação de produtos europeus. Segundo PÁDUA-LIMA *apud* PEROSA (1998), a esta política adotada no final da década de 60, o governo

americano, no início da década de 70, opta por uma forte expansão monetária, com queda nas taxas de juros, retornando os dólares para o Euromercado, criando uma alta liquidez: a dimensão líquida em bilhões de US\$ em 1970 era de 57.0; em 1971, era de 71.0; em 1972, 105.0 e de 132.0 em 1973 (PÁDUA-LIMA *apud* PEROSA, 1998).

De acordo com isto, duas conseqüências marcantes podem ser analisadas: a primeira, como já afirmada por PEROSA (1998), diz respeito ao movimento especulativo no comércio internacional. A segunda conseqüência é que este movimento de consolidação do Euromercado, com alta liquidez e concorrência interbancária, veio abrir perspectivas de tomadas de empréstimos por países em desenvolvimento como o Brasil. Por outro lado, o ano de 1973 pode ser colocado como marco de inflexão no movimento de expansão e euforia das trocas internacionais. Segundo COUTINHO e BELUSO (1977), a manifestação desta crise está ligada à exaustão do padrão tecnológico: à medida que este se generaliza internacionalmente, manifesta-se um processo de esgotamento.

O ciclo de expansão da economia americana, com reflexos no crescimento da economia mundial, coloca a questão de um sobreinvestimento num momento em que já se apresentavam pontos de estrangulamentos setoriais. Segundo PEROSA (1998), estes pontos de estrangulamentos aliados à falta de matérias-primas se manifestaram no recrudescimento inflacionário, marca registrada da crise, aliada a crise energética, que a economia internacional passa a enfrentar. A partir de 1973 há uma queda brutal, do investimento fixo privado, das principais economias industrializadas. Frente a este quadro, há uma queda nas trocas internacionais: de 1973 a 1980 o volume do comércio internacional cresce a 3,9% em contraste com a taxa de 8,0% verificada de 1953 a 1973 (PEROSA, 1998).

Com este cenário, o processo de liberalização do comércio mundial (criação do GATT no pós-guerra), encabeçado pelos EUA sofre um revés. Os europeus adotaram fortes medidas protecionistas que se explicavam pela queda no valor real dos produtos (inflação internacional), deixando, os países em desenvolvimento, competitivos no mercado internacional: *tais países eram acusados de praticar o dumping-social* (mão-de-obra barata). Durante as décadas de 70 e 80, o comércio mundial marcou-se pela necessidade e capacidade de um estado em proteger seu mercado interno e evitar a proteção de terceiros (LANZANA, 1998). Com relação ao Brasil, o segundo período da década de 70 marca o crescimento da dívida externa, que ficou muito mais comprometida a partir do segundo choque do petróleo em 1979 (LANZANA, 1998). Repetindo a situação anterior, embora em menor escala, as importações (alta no preço do petróleo) voltaram a pressionar a balança comercial, ampliando seu déficit, e, por conseqüência, o saldo devedor da balança de transações correntes. O governo tentou alterar este quadro promovendo a maxidesvalorização do cruzeiro em dezembro de 1979 (LANZANA, 1998). Entretanto, a pré-fixação da desvalorização cambial para 1980 acabou eliminando todo o impacto da máxi, devido à inflação observada naquele período ser muito superior à estimada. Os resultados mostram que as exportações continuaram crescendo neste período, porém num ritmo inferior ao necessário para “zerar” a balança comercial (PEROSA, 1998). A dívida externa entrou num processo de rápido crescimento, sinalizando que o país acelerava a utilização de poupança do resto do mundo (LANZANA, 1998).

Estes fatos mostram como ocorreu o recrudescimento das trocas internacionais. O como o protecionismo foi utilizado pelos países desenvolvidos para não permitirem as trocas, principalmente, com países subdesenvolvidos, pois alegavam que estes países praticavam baixos salários e mão-de-obra infantil para a produção de suas mercadorias (PEROSA, 1998). Por outro lado, a “modernização” das sociedades subdesenvolvidas em nada modificou o quadro de dependência destas perante o capital externo. Em países como o Brasil, reafirmou-se ainda mais esta dependência, através da contração de uma dívida externa cada vez maior que impugnava o crescimento econômico e uma distribuição de renda cada vez mais injusta. A partir disso, a economia brasileira mergulha na pior crise de sua história até então - a da década de 80 (PEROSA, 1998). Neste sentido, torna-se alvo fácil de políticas monetárias vindas do FMI (Fundo Monetário Internacional), que exploravam e expropriavam países subdesenvolvidos possuidores de uma burguesia industrial, consumista, alienada, não criativa e acomodada com seu papel de condescendente com a política externa colonialista capitalista.

Apesar de tentar seguir uma política econômica que buscava um desenvolvimento endógeno, de uma industrialização autônoma, que não fosse reflexo de políticas imperialistas, proposta pelos cepalinos ^[1], como Prébisch e Furtado, o Brasil continuou dependente do capital externo (HERCULANO, 2001). Seja para a implementação desta política (dinheiro) ou então pela necessidade de uma tradição no comércio exterior, que significasse a colocação dos produtos brasileiros no mercado externo, viabilizado pelas multinacionais. Para os cepalinos, os problemas econômicos latino-americanos derivavam das trocas desiguais, entre países exportadores de matérias-primas e países exportadores de manufaturados, e tal desequilíbrio seria sanado com a industrialização dos primeiros. Esta política dos cepalinos para o desenvolvimento da América Latina foi muito criticada por uma série de marxistas (HERCULANO, 2001).

Portanto, a política de crescimento econômico, adotada pelo Brasil e também por uma série de outros países latino-americanos, se deu via endividamento e dependência dos interesses externos, como afirmou Pádua Lima *apud* Perosa (1998). Foi uma política implementada pelos EUA para atrair os países periféricos à sua zona de influência e também, os inserir no contexto da nova expansão capitalista. Praticamente foi a extensão do Plano Marshall. De acordo com PEROSA (1998), no Brasil os coeficientes de abertura da economia, quer das exportações, quer das importações, se elevam, passando respectivamente de 5,4%, em 1968 para 8,3% e 8,2% do PIB, em 1973. Porém, um dado novo permeia esta abertura da economia que se inicia em 1968 (PEROSA, 1998). Neste caso, esta política tinha por objetivo a criação de um elemento endógeno à capacidade de importar, atuando na política de comércio exterior com um grau de liberdade a mais em relação à simples dependência de conjunturas internacionais de comércio, preconizando a proposta cepalina. Os próprios demandantes de importações deveriam criar esta capacidade através de compromissos de exportações. Esta orientação só tinha razão de ser na medida que estivesse presente uma diversificação da nossa pauta de exportações que, em 1970, era composta por 75% de produtos básicos e apenas 25% de produtos industrializados. Portanto, precisava-se a todo custo reverter esta situação, diversificando e agregando valor aos produtos brasileiros para as exportações (PEROSA, 1998)

^[1] CEPAL significa Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

Dentre os elementos necessários para modificar este processo dependente de desenvolvimento que se refletia, sobretudo, nas trocas desiguais entre o Brasil e os países capitalistas centrais, que vincularia, assim, as necessidades de importações da economia a compromissos de exportações, saindo diretamente dos ciclos de expansão do capitalismo, desta forma, aumentando a parcela de produtos industrializados na pauta de exportação estão: a necessidade de gerar a competitividade internacional dos produtos brasileiros a serem exportados (agregar valor) e a tradição das empresas a nível internacional para abrir mercados às exportações brasileiras (PEROSA, 1998). Neste sentido, houve a necessidade da atuação das empresas multinacionais que são competitivas e com tradição no mercado mundial. Portanto, estes dois elementos estão presentes com o avançar da internacionalização da economia. Ademais, uma série de mecanismos de intervenção do Estado vem reforçar tanto a competitividade quanto à diversificação de mercados. Conforme PEROSA (1998), a inserção do Brasil no comércio internacional no período passa então pela intervenção do Estado nas políticas de exportação e importação. Ainda na fase de expansão do mercado internacional, o governo passa a implementar uma série de incentivos a esta política, que vieram a moldar a participação do Brasil no mercado mundial durante a década. Segundo PEROSA (1998), estes incentivos passaram a ser conhecidos como “Novos incentivos às exportações” (NIE) que vincularam a concessão de subsídios a compromissos de exportações. Os que mais se destacaram foram: DL. 1219, de 05/72, conhecido como Comissão para Concessão de Benefícios Fiscais e Programas Especiais de Exportação - BEFIEX; DL. 1236, de 08/72, conhecido como projeto de Transplante de Industrias, com isenção do imposto de importação; DL. 1248, de 11/72, criando as TRADING COMPANIES, com o objetivo de agregar pequenas e médias empresas ao negócio de exportação.

Outro elemento fundamental, nesta estratégia, foi o desempenho do setor primário. Houve a “modernização” da agricultura e criação de excedentes para a exportação. A política de crédito subsidiado foi utilizada para a mecanização e a aquisição de insumos “modernos”, principalmente, nas culturas voltadas para o comércio exterior (PEROSA, 1998). Formaram-se os complexos agroindustriais, como por exemplo, o complexo da soja. Neste sentido, é estabelecido o êxodo rural, como aconteceu na Inglaterra no século passado, através da revolução agrícola. E com ele, mão-de-obra em quantidade, neste sentido, barata, para o processo industrial. No Brasil, esta “modernização agrícola”, diga-se de passagem, conservadora, se manifestou a partir do final da década de 60, onde as “novas tecnologias” vieram como sinal de desenvolvimento, mas que, na verdade, representavam uma industrialização dependente do capital externo, miséria e pobreza de uma população que se deslocava do campo para a cidade em busca de trabalho (PEROSA, 1998).

Oriunda do processo agrícola marcado pela concentração de terras nas mãos de poucos, esta produção tecnificada, entendendo este termo, como utilização maciça de “defensivos agrícolas” (veneno), sementes melhoradas, utilização de uma mecanização pesada nos processos de produção, excluía ainda mais os pequenos produtores do mercado e, por fim, comprometia os recursos naturais, além de toda uma biodiversidade que foi esmagada em prol uma reorganização do “Terceiro Mundo” no cenário de expansão capitalista, ou de uma nova divisão internacional do trabalho (CANO, 1998). Este processo brusco de desenvolvimento industrial, através

da criação de condições facilitadas para a vinda de multinacionais para o Brasil e, para a América latina, representando os interesses do capital externo, é o responsável direto pelo acentuado grau de miséria, pobreza, estagnação econômica, poluição e destruição dos recursos ambientais, que hoje se encontram estes países. O tipo de desenvolvimento, baseado no crescimento industrial destes países, proposto pela CEPAL foi, ao final da década de 60, criticado radicalmente por marxistas (HERCULANO, 2001).

A tônica da análise destes autores é que o dito “subdesenvolvimento” dessas sociedades “arcaicas” não era, como se supunha, um patamar de uma escada, um grau de uma escala, pressupondo a perspectiva de uma trajetória possível de ser percorrida em direção ao horizonte desenvolvido, já alcançado pelas boas sociedades modernas e situadas no grau de patamar mais elevado. Pelo contrário, “subdesenvolvimento” era visto como uma categoria histórica, a realização do capitalismo. Para os teóricos da dependência, como estes autores ficaram conhecidos, haveria um sistema internacional capitalista composto por países cêntricos, que drenavam para si as riquezas produzidas por países periféricos - de capitalismo dependente. Dessa forma, a relação dialética entre os países ricos e pobres explicaria o desenvolvimento dos primeiros e o atraso dos segundos. Desenvolvimento e atraso seriam duas faces de uma mesma moeda, e a industrialização não alteraria tal quadro de dependência dessa etapa neocolonialista (FURTADO, 2001).

Segundo afirma HERCULANO (2001), as contradições capitalistas e o desenvolvimento histórico do sistema capitalista geram o subdesenvolvimento nos países periféricos, cujo excedente econômico era e é expropriado para gerar desenvolvimento econômico nas metrópoles centrais que dele se apropriavam. Para esta “modernização forçada”, dentro da nova expansão capitalista, contribuiu muito a escolha feita por uma elite atrasada, consumista, que queria viver o bem estar do sistema e relegar as mazelas deste para uma massa populacional excluída (HERCULANO, 2001). Enquanto crescia o PIB, aumentava a pobreza, a miséria, à marginalidade e a dependência ao sistema financeiro internacional. Os movimentos sociais eram brutalmente reprimidos, principalmente, o Estudantil e o movimento dos trabalhadores. A tortura foi legalizada e a morte banalizada. Este foi o “desenvolvimento” imposto pela força, a partir do golpe militar de 1964 no Brasil e em quase todos os países da América Latina.

Conforme HERCULANO (2001), através destas discussões é que se verifica como a política industrial dos países subdesenvolvidos foi atrelada ao capital externo. Apesar de tentar seguir modelos desenvolvimentistas propostos pela CEPAL, que reafirmavam um caráter industrial endógeno, não possuía capital para esta implementação. Neste sentido, o endividamento foi o principal meio para conseguir esse objetivo. Um objetivo cultuado por uma elite atrasada, que inseriria estes países dentro de uma “nova organização mundial do trabalho” em formação, mas que na verdade não deixaria de ser a mesma divisão: entre colonizadores e colonizados. Sistema de desenvolvimento, este, radicalmente criticado por marxistas, que reafirmavam o atraso dos países subdesenvolvidos perante os desenvolvidos pela relação dialética entre ambos (FURTADO, 2001). Ao analisar os resultados desta política implementada a partir do golpe de estado no país, mais especificamente no período de 1970/73, PEROSA (1998) conclui que houve um crescimento das exportações totais em toda a década de setenta, seja em

quantidade ou valor em relação à década anterior. Segundo PEROSA (1998), no período de 1970 a 73 este crescimento foi de 60% (quantidade) e 125% (valor), enquanto que as importações foram de 77% e 145%, respectivamente, ocasionando um déficit na Balança Comercial. O que pode ser atribuído ao primeiro choque do petróleo. Já no período de 74/78, as exportações cresceram 39% (quantidade) e 153% (valor). Por outro lado, o crescimento das importações foi 31% (quantidade) e 76% (valor). Outro aspecto, a destacar por este autor, diz respeito à diversificação na pauta de exportações e dos mercados compradores. Quanto à pauta de exportação, verifica-se uma redução dos produtos básicos, bem como a presença de produtos de complexos agroindustriais, como a soja e o suco de laranja. Além disto, novos produtos industriais passam a participar da pauta, como os da indústria automobilística. Em relação à diversificação de mercados compradores no período, nota-se um crescimento de mercados como a ALADI (Associação Latino-Americana de Integração), África e, em menor escala, Ásia e Oriente Médio, principalmente, em produtos manufaturados (PEROSA, 1998).

Porém, como conclusão mais marcante da política desenvolvimentista empreendida pelo governo militar reside na conjunção de interesses das empresas multinacionais e na política de comércio exterior do Brasil (PEROSA, 1998). A conquista de novos mercados através da produção de subsidiárias instaladas em países como o Brasil, e em quase toda a América Latina, fazia parte da estratégia destas empresas para a realização da mais-valia. Buscavam, portanto e apenas, a alta taxa de lucro, desta forma, as trocas desiguais mantiveram-se (PEROSA, 1998; FURTADO, 2001). Estas vinham para o Brasil atrás, como disse, de mão-de-obra barata, mercados consumidores, matérias-primas e benefícios de toda parte, inclusive de uma legislação ambiental incipiente, para elaboração dos bens de consumo de baixo valor tecnológico. Portanto, este “desenvolvimento forçado”, dentro de determinadas condições, tanto para o Brasil quanto para os países latinos, significou mais uma etapa da expansão do capitalismo, da realização deste modo de produção, evitando-se, com isto, a superprodução e a estagnação do sistema, como foi o Imperialismo ou Neocolonialismo do Século XIX e as Guerras Mundiais. Representou, neste sentido, o financiamento do consumo para os países subdesenvolvidos (PEROSA, 1998; FURTADO, 2001).

Outro ponto importante que pode ser notado diz respeito a quantidade/valor dos produtos exportados em relação aos produtos importados. O Brasil teria que exportar cada vez mais (em toneladas) para atingir o saldo positivo na balança comercial (PEROSA, 1998). De 1968 a 1985, o preço dos produtos exportados brasileiros diminuiu no mercado internacional, enquanto que os preços dos produtos importados (de maior valor agregado), ou seja, de maior tecnologia, aumentaram de valor em relação à quantidade exportada (PEROSA, 1998). Portanto, em 1968 o Brasil comprava (importava) com US\$ 2.132 a quantidade de 23.648 T de produtos americanos, em 1985, com este valor compraria apenas 7.270,31 T, ou seja, praticamente, três vezes menos (PEROSA, 1998). Em decorrência disto, verifica-se o desastre que foi esta “industrialização” forçada, que em nada representou uma real competitividade dos produtos brasileiros em relação aos importados de maior valor agregado, acirrando-se ainda mais as contradições entre a riqueza de poucos e a miséria de muitos. Por outro lado, esta via de “modernização” para os países atrasados ou periféricos pode e deve ser atribuída à expansão capitalista americana

no pós-guerra mundial, mais uma vez, à realização do sistema capitalista e a conseqüente reificação do homem e da natureza (PEROSA, 1998).

O ano de 1973 pode ser colocado como marco de inflexão no movimento de expansão e euforia das trocas internacionais. Segundo Coutinho e Beluzo (1977), a manifestação desta crise está ligada à exaustão do padrão tecnológico, à medida que este se generaliza internacionalmente, manifesta-se um processo de esgotamento. O ciclo de expansão da economia americana, com reflexos no crescimento da economia mundial, coloca a questão de um sobreinvestimento num momento em que já se apresentavam pontos de estrangulamento setoriais. Conforme PEROSA (1998), estes pontos de estrangulamento aliados à falta de matérias primas se manifestaram no recrudescimento inflacionário, marca registrada da crise, aliada a crise energética que a economia internacional passa a enfrentar, com reflexos até o presente. A partir de 1973, há uma queda brutal do investimento fixo privado das principais economias industrializadas. Frente a este quadro, o volume do comércio internacional cresce a 3,9% em contraste com a taxa de 8,0% verificada de 1953 a 1973.

5. DA ESTAGNAÇÃO DO CAPITALISMO EM MEADOS DE 70 À CRISE ATUAL

Com este cenário, o processo de liberalização do comércio mundial (criação do GATT no pós-guerra), encabeçado pelos EUA sofre um revés. Os europeus adotaram fortes medidas protecionistas, que se explicava pela queda no valor real dos produtos (inflação internacional), deixando os países em desenvolvimento competitivos no mercado internacional: tais países eram acusados de praticar o dumping-social (mão de obra barata). Durante as décadas de 70 a 80, o comércio mundial marcou-se pela necessidade e capacidade de um estado em proteger seu mercado interno e evitar a proteção de terceiros (PEROSA, 1998). Com relação ao Brasil, como em todos países Latinos Americanos, o segundo período da década de 70 marca o crescimento da dívida externa, que ficou muito mais comprometida a partir do segundo choque do petróleo em 1979 (LANZANA, 1998). Repetindo a situação anterior, embora em menor escala, as importações (alta no preço do petróleo), voltaram a pressionar a balança comercial, ampliando seu déficit, e por conseqüência, o saldo devedor da balança de transações correntes. O governo tentou alterar este quadro promovendo a maxidesvalorização do cruzeiro em dezembro de 1979 (LANZANA, 1998). Entretanto, a pré-fixação da desvalorização cambial para 1980 acabou eliminando todo impacto da máxi, devido à inflação daquele período ser muito superior à estimada. Os resultados mostram que as exportações continuaram crescendo neste período, porém num ritmo inferior ao necessário para zerar a balança comercial. A dívida externa entrou num processo de rápido crescimento, sinalizando que o país acelerava a utilização da poupança do resto do mundo (LANZANA, 1998).

Estes fatos mostram como houve o recrudescimento das trocas internacionais. O protecionismo foi utilizado pelos países desenvolvidos para protegerem suas economias, ou seja, para não permitirem as trocas, principalmente com países subdesenvolvidos que, segundo alegavam, praticavam baixos salários e mão de obra infantil para a produção de suas mercadorias. Por outro lado, a “modernização” das sociedades subdesenvolvidas, em nada modificou o quadro de dependência destas perante aos capitais externos. Em países como o Brasil, e em

quase toda a América Latina, reafirmou-se ainda mais esta dependência, através da contração de uma dívida externa cada vez maior que impugnava o crescimento econômico e uma distribuição de renda cada vez maior e mais injusta. A partir disto, a economia brasileira mergulha na pior crise de sua história, a da década de 80, sendo alvo fácil de políticas monetárias vindas do FMI (Fundo Monetário Internacional), que exploravam e expropriavam países subdesenvolvidos.

No final dos anos 80, tornou-se claro para o sistema capitalista o entrave representado pelo protecionismo para a retomada do crescimento econômico mundial. Era necessário ao capitalismo mundial “criar” uma nova lógica de expansão, pois este sistema é realizado pelo consumo e pelo investimento. A partir disso, o capitalismo surge com uma nova cara, o neoliberalismo, a economia globalizada. Essa nova era nas relações de troca, marca, para este sistema, o triunfo sobre o “fracasso” do socialismo. Pensava-se que não haveria mais barreiras, ou sistemas ideológicos, para que a humanidade não se rendesse ao “ideal” capitalista, apesar de todas as contradições geradas por este sistema. Se na década de 70 a demanda por produtos havia crescido muito, principalmente, a partir de 75, na década de 80 a demanda ficou estagnada (PEROSA, 1998). Com isso, os altos preços reais que tornavam o protecionismo menos dispendioso nos anos 70 caem sensivelmente nos anos 80, tornando os preços internacionais muito distantes dos preços estabelecidos pelo mercado, encarecendo os subsídios e indicando a necessidade de uma reforma (PEROSA, 1998). Aliado a isso, tem-se a entrada de novos e importantes países na economia mundial (ex-países de economia planejada). Portanto, tornou-se, mais uma vez, clara a necessidade de formação de uma nova ordem mundial, reestruturada do ponto de vista econômico, político, social e ideológico. Esta reestruturação se efetivou mundialmente com a formação de blocos econômicos e com a internacionalização da economia (PEROSA, 1998).

Segundo CANO (1998), fruto em grande parte da acelerada expansão da acumulação financeira que ocorre desde meados da década de 70, muito acima e adiante da acumulação produtiva, o capital central desenterrou velhos postulados liberais, dando-lhes uma roupagem de “modernidade”, o neoliberalismo, para que essa acumulação real (produtiva), pudesse sair do lodaçal que se encontrava entre 1973 e 1983 (CANO, 1998). Dentre esta nova roupagem CANO (1998) destaca: 1) Deliberado debilitamento dos Estados nacionais; 2) Liberalização da entrada e saída nacional do capital estrangeiro; 3) Abertura comercial e de serviços; 4) Ruptura de monopólios públicos e privatizações; 5) Flexibilização dos contratos de trabalho; Garantia de leis de patente aos países desenvolvidos e, por fim, 7) Corte ou abandono das políticas públicas ou sociais.

Aliado a estes fatores, que praticamente, liquidaram o estado de bem estar social nos anos 80-90, tem-se em curso a terceira revolução industrial e suas conseqüências nefastas para os países do terceiro mundo ou subdesenvolvidos, conforme afirma CANO (1998): 1) Destrói mais empregos do que cria, desempregando grandes levas de trabalhadores qualificados e poucos qualificados; 2) Substitui muitos insumos tradicionais (como aço bruto, cobre, algodão, etc) por modernos (fibra ótica, novas ligas metálicas, sintéticas, etc), normalmente produzidos nos países desenvolvidos; 3) Acelera a obsolência de processos e equipamentos “queimando” capital e exigindo mais investimentos meramente substitutivos, o que, por sua vez, desarticula a produção de pequenas empresas que são jogadas fora do mercado; 4) Induz grandes empresas transnacionais a uma

violenta reconcentra de capital, convertendo-as em “gigantes”, com enorme grau de monopolização e autonomia de suas atitudes dentro de cada país subdesenvolvido onde se instalam. Portanto, pode-se perceber que a esta nova reorganização produtiva é restrita ou beneficia em certa parte apenas alguns países, os desenvolvidos (CANO, 1998). Na América Latina, Brasil e, secundariamente, a Argentina e o México, têm algumas dessas condições que propiciam o desenvolvimento em face de estas políticas, mas, no mais, estes países também sofrem em grande medida com a desigualdade social, a pobreza, a marginalização de grande parte de suas populações. Os demais países, como, por exemplo, os da África, essa exclusão é ainda pior, daí a situação, o rumo à barbárie em que se encontram hoje. Desta forma, estes postulados que foram adotados por todas as economias mundiais, sem nenhuma restrição, ou nenhuma crítica, agravaram o drama social de milhões e milhões de pessoas, sem falar, mais uma vez, que este sistema lapidou, ainda mais, os recursos naturais, principalmente, dos países periféricos (CANO, 1998).

Assim, o neoliberalismo e a globalização econômica que foram impostos pelos países desenvolvidos ao mundo, a partir da década de 80, como a única via possível, imprimiu o desemprego de grande parcela da população mundial, através da eliminação de várias atividades produtivas, o que agravou sobremaneira o drama social (CANO, 1998). As elites pouco foram afetadas: puderam comprar o carro japonês, importam vinhos ou queijos francêss, passam férias em Miami, etc. As afirmações dos “*Nouveaux Économistes*”, que apregoavam, ideologicamente, que as empresas se tornariam, principalmente, nos países ditos emergentes, de súbito, mais competitivas e eficientes naufragaram. Países ou nações em desenvolvimento ou emergentes só atingiram baixo grau de eficiência competitiva industrial ante as nações desenvolvidas (CANO, 1998). Desta forma, conclui-se, baseado nesta discussão, que a eficiência competitiva destes países raramente podem ser ampliadas, sendo ilusão pensar no rápido poder transformador de modernização e competitividade que uma política neoliberal possa trazer ao mundo subdesenvolvido. Há que se pensar em outros caminhos e substituir a palavra eficiência por equidade. No Brasil, a política neoliberal, adotada a partir da década de 90, por Fernando Collor, e depois implementada e colocada para funcionar de maneira agressiva com Fernando Henrique Cardoso, mergulhou o país numa grave crise econômica, num pleno processo recessivo, submetido diretamente ao controle do FMI (Fundo Monetário Internacional) (LESBAUPIN, 1999). Privatizou quase todas as empresas estatais, inclusive a Vale do Rio Doce, perdeu grande parte de suas reservas cambiais, com um nível de desemprego alarmante e crescente, com queda brutal da renda salarial média. Houve uma acentuada deterioração dos serviços públicos de saúde, de educação, de assistência, de previdência, de moradia. A dívida externa total, que era de 149 bilhões de dólares em dezembro de 1994, passou a ser de 229 bilhões em fins de 1998 (LESBAUPIN, 1999). A dívida mobiliária interna federal, que era, em fins de 1994, de 62 bilhões de dólares, elevou-se a 324 bilhões em fins de 1998, portanto, aumentou em cinco vezes (LESBAUPIN, 1999).

Estes dados são referentes ao ano de 1998, ou seja, do fim do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (LESBAUPIN, 1999). Um governo caracterizado pelo entreguismo ao capital externo. A raiz disso tudo foi a então política econômica escolhida por este governo, neoliberal, submissa à economia globalizada, e uma abertura econômica sem freios. Hoje, para a grande massa,

contudo, estamos vivendo mais uma crise do capitalismo. Algumas nações estão sentindo mais, outras menos. Esta crise, que se instalou mundialmente, foi motivada, sobretudo, pela expansão do crédito e pela criação de excedentes cada vez maiores sem condições para serem absorvidos pela economia. Conseqüentemente, como produto do não consumo por parte de grande parcela da população mundial, dado a falta de crédito, está havendo uma severa retração em quase todas as economias do mundo, o que trouxe e está trazendo marginalização e deterioração, cada vez maior, das condições de existência.

Assim, a crise atual é parte do funcionamento cíclico do capitalismo. Segundo ALMEIDA NETO (2009):

Ele alterna períodos de expansão e retração, como pôde ser observado através deste modesto histórico. O capitalista tem seu lucro após o ciclo de produção e da venda das mercadorias. Os trabalhadores usam as máquinas para transformar matérias-primas em novos produtos que são vendidos, as mercadorias, criando, assim, valores. Marx divide o capital em constante e variável. O capital constante é o investimento em máquinas e matérias-primas. O capital variável é o gasto com os salários. A taxa de mais-valia é a relação entre o que foi investido nos salários e a totalidade do valor produzido. O lucro capitalista vem da parte do valor produzido pelos trabalhadores que não lhes foi pago por meio dos salários. É o trabalho não pago (mais-valia), embolsado pela burguesia. Já a taxa de lucros é a relação entre a mais-valia e o capital total envolvido na produção. Esse é o objetivo essencial do capitalista, ou seja, o retorno aumentado do investimento realizado. Como tem que enfrentar a concorrência, o capitalista aumenta o investimento em máquinas e matérias-primas para produzir mais e baratear seus produtos. Isso tende a elevar os lucros da empresa num primeiro momento, mas amplia a proporção do capital constante (máquinas e matérias-primas) sobre o capital variável (salários). Com isso, a taxa de lucro cai. Essa é a explicação dada por Marx para a queda tendencial da taxa de lucro no capitalismo. A redução da taxa de lucro acontece porque o lucro é calculado considerando o capital total investido. Mas é apenas o capital variável que produz a mais-valia, é justamente este que tende a diminuir. Para aumentar o lucro a forma usada pelos capitalistas para reverter esta tendência à queda da taxa de lucros é, principalmente, o aumento da mais-valia através da exploração direta do trabalhador, com a diminuição dos salários e o aumento da jornada de trabalho. Porém, com a redução da taxa de lucros, o deslocamento do capital foi direto para a especulação financeira. Durante as últimas décadas essa sobre-acumulação de capital provocou um grande aumento do capital fictício, isto é, o capital que não é investido na produção diretamente, mas

sim na especulação em suas diversas formas. Em geral, essa grande massa de capital disponível é injetada de novo na economia sob a forma de uma enorme oferta de crédito (ações em bolsa, títulos, títulos da dívida pública, créditos para a exportação, créditos para as empresas, crédito ao consumidor), sobre a qual os capitalistas esperam conseguir uma remuneração maior e mais rápida que a obtida na produção. Mas este movimento provoca um brutal endividamento, não só dos consumidores individuais como das empresas e até dos Estados. Um exemplo é a dívida pública dos Estados Unidos que já alcança a quantia de 13 trilhões de dólares (p.1)

Conforme a LIT-QI (2009), essa crise que ainda estamos atravessando foi e ainda está sendo delicada. Por que, além de sua natureza comum a todas as crises do capitalismo – se manifesta numa queda abrupta da taxa de lucros e num desequilíbrio que leva a uma crise de superprodução – comporta um elemento que a potencializa tremendamente. Estamos falando da crise do sistema financeiro dos EUA e da Europa que, por obra da mundialização do capital e do desenvolvimento espetacular da técnica, já atinge o mundo inteiro, refletindo esse enorme endividamento dos consumidores, empresas e Estados. Portanto, o neoliberalismo, como se viu através deste pequeno esboço, é mais uma nova roupagem adotada pelo capitalismo, mais severo que tempos passados, que preconiza, cada vez mais, a dependência dos países subdesenvolvidos frente às nações industrializadas, o que estão os levando, na esteira da crise mundial que teve seu começo na expansão do crédito e no endividamento do primeiro mundo, principalmente, através do setor imobiliário norte-americano, para uma crise sem precedentes em todas as suas histórias.

Segundo BIANCHI (2009), “*O Capital*” de Karl Marx tem por objeto as contradições da sociedade capitalista e os limites postos ao capitalismo por estas contradições. São estas contradições econômicas, sociais e políticas as que provocam suas crises. Uma compreensão apurada dessas contradições permitiria um conhecimento mais aprofundado do desenvolvimento capitalista. Mas as recorrentes crises do capitalismo, que cada vez mais e mais se acentuam, revelam as tendências auto-destrutivas do próprio capitalismo. A escala desta destruição não pode ser subestimada. O retorno de formas pré-capitalistas de trabalho, como o trabalho escravo nas zonas agrícolas extrativistas, ou formas degradadas de salário, com remuneração por peça na indústria, o aquecimento global, a deterioração ambiental e social e a invasão do Iraque são alguns dos indícios das manifestações dessa autodestruição.

6. A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O CAPITALISMO

Com relação às questões ambientais o capitalismo mundial integrado (CMI) apregoa o dito desenvolvimento sustentável. Na euforia da expansão do neoliberalismo pelo mundo, como uma única via, a ministra da Noruega, GRO-BRUNDTLAND, a partir de 1987, patrocina várias reuniões em várias cidades do mundo, inclusive em São Paulo, para discutir os problemas ambientais após a conferência de Estocolmo da Suécia de 1972 (HERCULANO, 2001). O livro “*Nosso Futuro Comum*” resultante dessas reuniões forneceu os subsídios temáticos para a

ECO-92 (HERCULANO, 2001). É necessário ressaltar aqui que foi a partir deste livro ou documento que ficou explicitado o conceito de desenvolvimento sustentável proposto pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU (CMMA).

Para este relatório, elaborado pela primeira ministra da Noruega, GRO-BRUNDTLAND, as causas da deterioração ambiental são identificadas em três campos: 1) Uso de tecnologias poluidoras; 2) Aumento demográfico; 3) Na intensificação e expansão da miséria. As soluções propostas pelo desenvolvimento sustentável são: 1) reorientação tecnológica e institucionalização de meios de fiscalização internacionais; 2) Controle populacional para o terceiro mundo; 3) Políticas de ajustes e ajuda financeira dos países ricos aos pobres (HERCULANO, 2001). Por este discurso, HERCULANO (2001) afirma que tais propostas permitem inferir qual é a concepção de “desenvolvimento sustentável” subjacente: é a do eco-capitalismo, que se traduz na confiança do avanço tecnológico capaz de produzir uma industrialização limpa e controlar a fecundidade das mulheres do terceiro mundo. A causa primordial da deterioração ambiental é tida como sendo a pobreza, muito mais do que os dejetos tóxicos do Primeiro Mundo. Portanto, o desenvolvimento sustentável proposto é algo que vai aliviar a pobreza, reduzi-la, mitigá-la, dar oportunidade de vida dentro de padrões mínimos de consumo. Desta forma, o conceito de desenvolvimento sustentável proposto pelo Relatório Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial Para o Meio Ambiente da ONU, em nenhum momento questiona o modelo de desenvolvimento em si, ou seja, o sistema capitalista, mas apenas as suas estratégias (HERCULANO, 2001)

Segundo os postulados capitalistas, desenvolvimento sustentável é visto como uma forma de crescimento econômico das nações que deve levar em conta o comprometimento dos recursos naturais (HERCULANO, 2001). A desigualdade é tratada como um desajuste a ser superado pela universalização do desenvolvimento econômico, porém com sustentabilidade. Mais uma vez se utiliza, ideologicamente, do “*Mito do Desenvolvimento Econômico*” para sanar as desigualdades sociais. Neste sentido, torna-se ou, melhor, é difícil pensar que esta estratégia, que vem no bojo do desenvolvimento sustentável proposto pela CMMA da ONU seja conseguida. O sistema capitalista, como fica claro, não busca atender às necessidades da população e sim a demandas, isto é, às necessidades daqueles que têm poder aquisitivo para poderem ser atendidos pelo mercado. Ele vive da busca de elevadas taxas de lucro e, como se viu neste esboço, através da caracterização dos ciclos de expansão e retração expansão da economia, ele imprime ao ser humano e a natureza a degradação de suas condições de existência, tornando-os simples instrumentos para auferir lucros cada vez maiores. Reifica-os, portanto! Assim, o dito desenvolvimento sustentável, nos moldes de como vem sendo proposto pela ONU através da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMA), é impossível de ser atingido. Ele é contraditório pela própria lógica do capital. No mais, este tipo de desenvolvimento, traria, para os desvalidos, “a boa vontade de dar oportunidade de vida melhor” e “padrões mínimos de consumo”, o que, até agora, como vem sendo feito é de forma autoritária, impositiva, homogeneizante em termos culturais. Mais uma vez se repete o que ficou conhecido como a “Lei dos Pobres na Inglaterra”.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste pequeno esboço histórico do capitalismo pode-se compreender que ele é um sistema gangster, que só se realiza às custas da depleção do homem e da natureza. Sempre passa por constantes crises, como se observou em toda a sua história, onde, na maioria das vezes, o ônus recai sempre sobre as populações mais pobres. Verificou-se que este sistema produtivo, baseado, atualmente, no fundamentalismo de mercado, é insustentável tanto ambientalmente, quanto socialmente. É um sistema completamente irracional. Isto porque torna a vida mais “fácil” para um pequeno número de criaturas através da criação de novas dimensões de realização humana pela deterioração das condições de existência. É aí que reside a crítica a este sistema. É necessário salientar que não há apenas uma forma de capitalismo, conforme afirmam vários autores. O que há de se fazer é abolir o fundamentalismo do mercado e se adotar um outro sistema que seja muito mais agudo do que foi o estado de bem estar social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA NETO, E. Como funcionam os ciclos e as crises capitalistas? Disponível em: <http://www.pstu.org.br/internacional_materia.asp?id=9056&ida=22> [Acesso em: 30/abril/2009].

BARAN, A.P. **A economia política do desenvolvimento**. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Coleção Os economistas)

BEHRING, E.R. **Política social no capitalismo tardio**. São Paulo: editora Cortez, 1998

BIANCHI, A. A crise financeira é a crônica de uma morte anunciada. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/imprensa/ultimas/contatoview.asp?key=5362>> [Acesso em: 30/abril/2009].

BOSI, A. **Dialética da colonização**. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 420p.

CAPRA, F. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1999.

CAPRA, F. **Pertencendo ao universo**. 21 ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

CARVALHO, P.E. **Neocolonialismo: a expansão imperialista do século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CANO, W. **Introdução a economia: uma abordagem crítica**. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

COUTINHO, L.G; BELLUZZO, L.G.M. Estado, sistema financeiro e forma de manifestação da crise: 1929-1974. In: BELLUZZO, L.G.M. e COUTINHO, R. (Orgs)

Desenvolvimento capitalista no Brasil – ensaios sobre a crise. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

DEAN, W. **A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

DOWBOR, L. **O que é capital.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

FALEIROS, V. P. **A política social do estado capitalista.** São Paulo: Editora Cortez, 1998.

FAUSTO, B. **História do Brasil.** 11 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. 660p.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico.** 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GUATTARI, F. **As três ecologias.** Campinas: Papyrus, 2001.

HERCULANO, S. C. Do desenvolvimento (in) suportável à sociedade feliz. In: GOLDEMBERG, M. (Org). **Ecologia, ciência e política.** Rio de Janeiro: Revan, 2001.

KEYNES, J.M. **Inflação e deflação.** São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Os pensadores)

LANZANA, A.E.T. **Manual de economia.** São Paulo: Editora Saraiva, 1998.

LESBAUPIN, I. **O desmonte da nação: balanço do governo de Fernando Henrique Cardoso.** Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

LIGA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES – (LIT-QI). A evolução da crise. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/internacional_materia.asp?id=9223&ida=0> [Acesso em: 30/abril/2009].

LIST, G.F. **Sistema nacional de economia política.** São Paulo: Nova Cultural, 1986

MARTINS, G.A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações.** São Paulo: Atlas, 1994.

MARX, K. **Para a crítica da economia política.** São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MARX, K. **Salário, preço e lucro.** 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MARX, K. **Manuscritos econômicos filosóficos.** São Paulo: Martin Claret, 2001.

MORE, T. **A Utopia**. São Paulo: Martin Claret, 2002. 127p.

PEROSA, J. M. **Comércio Internacional e Política de Comércio Exterior do Brasil**. Botucatu: Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas e Florestais (FEPAF), 1998.

SANTOS, B.S. O fim das descobertas imperiais. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/w3/fsmrn/biblioteca/27_boaventura2.html> Acesso em: [29/08/2009].

VIEIRA, E. **Democracia e Política Social**. São Paulo: Editora Cortez, 1992.

ZOLA, E. **Germinal**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.